Revista Anhanguera
ISSN 1519-423X

A ANÁLISE DO DISCURSO COMO MÉTODO EM LETRAS E COMO ESCUTA DO INCONSCIENTE NA PRÁTICA CLÍNICA PSICANALÍTICA: DIFERENÇAS EPISTEMOLÓGICAS, CONCEITUAIS E ÉTICAS

Thiago Barbosa Soares[1]

RESUMO: A expressão "Análise do Discurso" (AD) designa práticas teórico-metodológicas distintas conforme o campo disciplinar em que se insere. Nos cursos de Letras e Linguística, especialmente no Brasil, a AD refere-se predominantemente à tradição francesa inaugurada por Michel Pêcheux, que a concebe como instrumento analítico para investigar as relações entre linguagem, ideologia e história (Pêcheux, 1988). Na prática clínica de orientação psicanalítica, particularmente lacaniana, não se trata de um método aplicado a corpora textuais, mas de uma escuta ética do discurso do analisando como via de acesso ao inconsciente estruturado como linguagem (Lacan, 1979). Este artigo delimita essas diferenças em relação aos objetivos, à concepção de sujeito, ao estatuto do inconsciente, à posição do analista/pesquisador e à ética implicada em cada prática. Reconhece-se que, apesar de interlocuções históricas, as duas abordagens respondem a lógicas epistemológicas e éticas heterogêneas.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do Discurso. Psicanálise lacaniana. Michel Pêcheux. Sujeito. Inconsciente.

DISCOURSE ANALYSIS AS A METHOD IN LANGUAGE AND LITERATURE STUDIES AND AS LISTENING TO THE UNCONSCIOUS IN PSYCHOANALYTIC CLINICAL PRACTICE: EPISTEMOLOGICAL, CONCEPTUAL AND ETHICAL DIFFERENCES

ABSTRACT: The expression "Discourse Analysis" (DA) designates distinct theoretical-methodological practices depending on the disciplinary field in which it is situated. In Letters and Linguistics courses, especially in Brazil, DA refers predominantly to the French tradition inaugurated by Michel Pêcheux, who conceives it as an analytical instrument for investigating the relations between language, ideology, and history (Pêcheux, 1988). In the clinical practice of psychoanalysis, particularly Lacanian, it is not a method applied to textual corpora, but rather an ethical listening to the analysand's discourse as a pathway to the unconscious structured like a language (Lacan, 1979). This article delineates these differences concerning objectives, the conception of the subject, the status of the unconscious, the position of the analyst/researcher, and the ethics implied in each practice. It recognizes that, despite historical interlocutions, the two approaches respond to heterogeneous epistemological and ethical logics.

KEYWORDS: Discourse Analysis. Lacanian psychoanalysis. Michel Pêcheux. Subject. Unconscious.

[1] Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor no curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pesquisador bolsista de produtividade do CNPq. Lattes: http://lattes.cnpq.br/8919327601287308. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-2887-1302. E-mail: thiago.soares@mail.uft.edu.br.

UNIGOIÁS CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS
SAPC Supervisão da Área de Pesquisa Científica

INTRODUÇÃO

O “discurso” constitui-se como uma das noções teóricas mais promissoras e, simultaneamente, mais ambíguas nas ciências humanas e sociais contemporâneas. A expressão “Análise do Discurso” (AD), em particular, tem sido mobilizada em diferentes campos disciplinares para responder a problemas teóricos e práticos radicalmente distintos, o que exige do pesquisador e do profissional um rigoroso esforço de demarcação epistemológica. Compreender o que está em jogo quando se propõe uma “análise do discurso” implica, necessariamente, situar o gesto interpretativo na tradição disciplinar que o sustenta, sob pena de incorrer em confusões conceituais ou, pior, naturalizar uma suposta transparência do método (Pêcheux, 1988; Orlandi, 2009; Guirado, 1995).

A Análise do Discurso, tal como formulada por Michel Pêcheux e seus colaboradores na França dos anos 1960-1970, emergiu em um contexto de profundas transformações políticas e teóricas, buscando articular três campos do saber até então vistos como estanques: a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise (Pêcheux, 1988; Fernandes, Sá e Dorne, 2019). Inspirada no projeto de uma “ciência do discurso” que pudesse dar conta das determinações históricas e ideológicas da produção de sentidos, a AD pêcheutiana posicionou-se como uma alternativa tanto às análises meramente formais da língua quanto às leituras subjetivistas que desconsideravam o peso das estruturas sociais na constituição do dizer (Melo, 2005). O discurso, nessa perspectiva, é tomado como prática linguística materializada, cujo funcionamento é regulado por formações discursivas, sistemas de regras que determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição social e histórica dada (Pêcheux, 1988; Orlandi, 2009). O sujeito, por seu turno, é concebido como “sujeitado” ou “forma-sujeito”, interpelado pela ideologia althusseriana, produzindo a ilusão de autonomia subjetiva que a AD busca desnaturalizar (Pêcheux, 1988; Castro, 2008). Embora Pêcheux tenha recorrido a Lacan em suas formulações, particularmente na chamada terceira época da AD, o estatuto do inconsciente permaneceu subordinado à dimensão histórica e ideológica, sendo mobilizado para dar conta da opacidade e da divisão do sujeito no fio do discurso (Correia e Fonseca, 2018; Henge, 2016).

No Brasil, essa tradição encontrou terreno particularmente fértil nos cursos de Letras e Linguística, consolidando-se como uma ferramenta metodológica central para a leitura crítica de textos, com ênfase na análise das condições de produção, das formações discursivas e do interdiscurso (Orlandi, 2002; Baldini e Zoppi-Fontana, 2014). Orlandi, uma das principais responsáveis pela institucionalização da AD no país, dedicou-se a adaptar e difundir os conceitos de Pêcheux, forjando, em diálogo com a realidade brasileira, um dispositivo analítico que vai além da mera "recepção" da obra do autor francês, constituindo-se como um campo de produção de conhecimento original e vigoroso (Orlandi, 2002; Baldini e Zoppi-Fontana, 2014). Diferentemente do que ocorreu em outros contextos, a AD no Brasil estabeleceu uma "consistência histórica" com sua institucionalização acadêmica, tornando-se um modo consagrado de investigar as relações entre linguagem, história, ideologia e poder (Oliveira, 2025).

Paralelamente, na clínica psicanalítica de orientação lacaniana, a centralidade da linguagem é radicalizada. Se desde Freud as manifestações do inconsciente já se faziam notar por meio dos atos falhos, dos sonhos e dos sintomas, eventos cuja estrutura se revelava intrinsecamente linguageira, é com Lacan que essa intuição é elevada ao estatuto de princípio estrutural: "o inconsciente está estruturado como uma linguagem" e "o inconsciente é o discurso do Outro" (Lacan, 1979). Aqui, o que se opera não é uma análise do discurso como objeto externo a ser descrito em suas regularidades, mas uma escuta que permite ao sujeito do inconsciente manifestar-se através dos tropeços, equívocos e falhas da fala. Trata-se, portanto, de uma prática radicalmente distinta daquela proposta por Pêcheux, ainda que ambos os autores compartilhem o interesse pelos enigmas da linguagem e as operações do significante (Melo, 2005; Aquino, 1995; Barbosa Filho, 2025). Enquanto a AD pêcheutiana busca descrever os processos de produção de sentido e sua relação com as formações ideológicas, a escuta analítica visa provocar uma ruptura no fluxo dos sentidos estabelecidos, abrindo espaço para o surgimento do real que a linguagem não consegue capturar (Guirado, 1995; Correia e Fonseca, 2018).

A existência de um ponto de partida comum, a linguagem, e de um vocabulário parcialmente compartilhado, termos como "sujeito", "inconsciente" e "discurso", tem fomentado, ao longo das últimas décadas, interlocuções férteis e debates instigantes

entre os campos da Análise do Discurso e da Psicanálise (Melo, 2005; Castro, 2008). Autores como Guirado (1995) e Castel, apud Guirado (1995), insistem em que a confusão entre essas duas lógicas pode gerar equívocos teóricos e metodológicos graves, como reduzir a clínica psicanalítica a uma crítica ideológica ou transformar a análise textual em uma "psicanálise selvagem" de documentos. A tentativa de Pêcheux de construir uma "tríplice aliança" entre Marx, Freud e Saussure mostrou-se, desde o início, profundamente tensa, e suas consequências para a teoria do discurso continuam a ser objeto de escrutínio crítico (Castro, 2008; Correia e Fonseca, 2018; Narzetti, 2018).

Diante desse panorama, justifica-se o objetivo central deste artigo: delimitar, de forma clara e sistemática, as diferenças epistemológicas, conceituais e éticas entre a Análise do Discurso praticada como instrumental analítico nos cursos de Letras e a escuta do discurso como via de acesso ao inconsciente na prática clínica psicanalítica. Ao fazê-lo, espera-se não apenas contribuir para o refinamento teórico de ambas as disciplinas, mas também fornecer subsídios para que pesquisadores e profissionais possam transitar com maior segurança e propriedade entre esses dois campos, reconhecendo suas respectivas potencialidades e limites. O artigo defenderá que, embora o diálogo entre a AD e a psicanálise seja não apenas possível, mas desejável e enriquecedor, ele deve ser pautado pelo respeito à heterogeneidade de seus objetos, métodos e éticas. Reconhecer a diferença entre "analisar o discurso" (como objeto social) e "escutar o discurso" (como via do inconsciente) é condição fundamental para preservar a especificidade e a eficácia de cada prática.

A ANÁLISE DO DISCURSO COMO INSTRUMENTAL ANALÍTICO E A ESCUTA CLÍNICA: FUNDAMENTOS E OPERAÇÕES

Nos programas de Letras e Linguística, a Análise do Discurso (AD) é ensinada como método de investigação de natureza sócio-histórica e ideológica, distinguindo-se radicalmente das abordagens formais que tomam a língua como sistema autônomo. Seu objeto não é a frase, o texto ou a competência do falante, mas o discurso entendido como prática linguística materializada, inseparável das condições de produção que a determinam (Orlandi, 2009). Essas condições incluem o lugar social do enunciador, a conjuntura histórica, os aparelhos ideológicos e a posição relativa do sujeito na

formação social. Desse modo, todo dizer é sempre atravessado por relações de força e de sentido que o precedem e o excedem.

Conceitos fundamentais da AD incluem as formações discursivas, sistemas de regras anônimas e históricas que definem o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada, em um momento dado (Pêcheux, 1988). Inspirado em Foucault, Pêcheux reelabora essa noção para dar conta da articulação entre língua e ideologia: não há sentido literal puro, pois todo enunciado se inscreve em uma rede de discursos prévios que lhe impõem limites e possibilidades. Outro conceito central é o interdiscurso, a memória discursiva ou o "já-dito" que habita todo enunciado como sua condição de produção (Orlandi, 2009). É o interdiscurso que permite que palavras e expressões remetam a sentidos estabilizados, mas também que haja deslizamentos, equívocos e silêncios significativos. A análise, portanto, não se contenta em descrever o que está dito; busca recuperar, pelas margens, as paráfrases e as polissemias, o modo como o interdiscurso retorna no intradiscurso.

Quanto ao sujeito, Pêcheux o concebe como sujeitado ou "forma-sujeito". O indivíduo, ao nascer em uma formação social já estruturada, é interpelado pela ideologia – no sentido althusseriano – e torna-se sujeito ao identificar-se com uma formação discursiva, produzindo a ilusão de autonomia e de origem do sentido que a AD visa desnaturalizar (Pêcheux, 1988). Não se trata, aqui, de negar a experiência subjetiva, mas de mostrar que aquilo que o sujeito experimenta como sua livre vontade de dizer é, em larga medida, o efeito de determinações históricas e ideológicas que ele desconhece. Embora Pêcheux incorpore elementos lacanianos, especialmente em sua "retificação" da noção de sujeito (reconhecendo a divisão e a opacidade do sujeito do inconsciente), o inconsciente permanece subordinado à dimensão histórica e ideológica: ele é tratado como uma instância que produz falhas e lapsos, mas que não constitui o centro do dispositivo teórico (Pêcheux, 1988; ver também discussão em Castro, 2008). Essa subordinação é um dos pontos que mais tensionam a herança freudiana na AD, pois reduz o inconsciente a um efeito de linguagem determinado pelo social, em vez de tomá-lo como estrutura primeira.

O pesquisador, nesse quadro, mantém uma posição de exterioridade relativa: não é um sujeito assujeitado como o analisando, mas busca construir um lugar crítico

de onde descrever regularidades, contradições, silêncios e efeitos de sentido em corpora textuais (Orlandi, 2009). Esse lugar, contudo, não é absoluto, o analista do discurso também é afetado por formações discursivas e ideológicas, o que exige um trabalho constante de reflexividade. Trata-se, portanto, de uma prática acadêmica e crítica, orientada pelo conhecimento e pela desnaturalização dos sentidos dominantes, com foco no social, no histórico e no ideológico. Seu fim último não é curar ou transformar o sujeito, mas compreender os mecanismos de produção e reprodução de sentidos que sustentam as relações de poder na linguagem.

Na clínica psicanalítica de orientação lacaniana, o cenário é radicalmente outro. Não há propriamente uma "Análise do Discurso" como técnica ou método ensinável independentemente da formação analítica, precisamente porque o que está em jogo não é a aplicação de um saber sobre o discurso, mas uma escuta orientada pela transferência. O que existe é a escuta analítica, na qual o discurso do analisando, suas associações livres, seus silêncios, seus atos falhos, é o material privilegiado para o surgimento do inconsciente (Lacan, 1979). Diferentemente do pesquisador em Letras, o analista não coleta um corpus para análise posterior; ele está imerso no fluxo da fala em tempo real, atento às suas bordas e a seus tropeços.

Lacan distingue o sujeito do enunciado (o "eu" consciente que se apresenta como fonte de sua fala e que narra uma história) do sujeito da enunciação (o sujeito barrado $, dividido pela linguagem e pela falta, que se manifesta justamente nos momentos em que o enunciado falha – numa hesitação, numa contradição, num lapso). Essa distinção é crucial: o sujeito da psicanálise não coincide com o sujeito gramatical, nem com o sujeito psicológico, nem com o sujeito ideológico da AD. A linguagem, para Lacan, não é mero instrumento de comunicação ou veículo de ideologia; é o campo onde o sujeito se constitui como falta e onde a dimensão do desejo se inscreve (Lacan, 1979). O objetivo da escuta não é descrever determinações ideológicas ou mapear formações discursivas, mas permitir que o inconsciente produza efeitos de verdade subjetiva, operando com o real da língua, aquilo que escapa à simbolização plena e resiste ao sentido. Esse real é o que não se deixa capturar pelas paráfrases nem pela memória discursiva; ele irrompe como trauma, como sintoma, como ato falho.

A interpretação, na clínica lacaniana, não consiste em decifrar significados ocultos (como se o discurso fosse um código a ser desvendado) nem em mapear condições de produção (como se o contexto explicasse o conteúdo). Ela visa produzir um **corte** – um gesto interpretativo que, ao interromper a cadeia associativa, toca o gozo singular e a falta constitutiva do sujeito. O analista não ocupa posição de exterioridade; ao contrário, ele está implicado no processo transferencial, sendo ele próprio o suporte do suposto saber e o destinatário das projeções do analisando. Sua resposta não é uma explicação, mas um ato que pode ter o peso de uma pontuação, de um equívoco proposital ou de um silêncio (Lacan, 1979). Autores como Marlene Guirado destacam as matrizes institucionais distintas do sujeito psíquico nessas duas abordagens, alertando para as dificuldades de superposição direta entre análise do discurso e prática clínica (Guirado, 1995). Para Guirado, enquanto a AD trata o sujeito como efeito de estrutura histórica, a psicanálise lida com o singular do desejo e do gozo, irredutível a qualquer discurso que pretenda capturá-lo de fora. Essa diferença não é meramente técnica; ela implica posições éticas e epistemológicas incompatíveis com uma simples "tradução" de um campo ao outro.

DIFERENÇAS FUNDAMENTAIS

As diferenças entre a Análise do Discurso como instrumental analítico nos cursos de Letras e a escuta clínica psicanalítica não se reduzem a pequenas variações de método ou de terminologia. Elas se estendem às próprias concepções de sujeito, de linguagem, de inconsciente e de real, bem como à posição ética que cada prática exige de seu agente. Para evitar uma justaposição superficial, convém examinar detidamente cada uma das dimensões que as separam, antes de sintetizá-las no quadro comparativo.

Na AD, o objetivo é descrever e explicar os processos de produção de sentido e ideologia, mostrando como o discurso, em suas regularidades e contradições, materializa relações de poder e posições de classe (Pêcheux, 1988; Orlandi, 2009). Trata-se de uma empreitada crítica, voltada para a desnaturalização do óbvio discursivo. Na clínica lacaniana, ao contrário, o objetivo não é descrever ou explicar, mas produzir efeitos subjetivos de verdade – isto é, permitir que o inconsciente do analisando se manifeste e opere uma transformação na relação do sujeito com seu desejo e seu gozo

(Lacan, 1979). Enquanto um busca conhecimento universalizável sobre o discurso, o outro visa uma mudança singular e intransferível na posição do sujeito.

Para Pêcheux, o sujeito é essencialmente interpelado pela ideologia, identificando-se com uma formação discursiva que lhe oferece os contornos do que pode dizer e pensar (Pêcheux, 1988). A liberdade subjetiva é, nessa perspectiva, uma ilusão necessária ao funcionamento do discurso. Já para Lacan, o sujeito é, antes de tudo, o sujeito barrado ($), dividido pela linguagem e constituído por uma falta estrutural (Lacan, 1979). Essa falta não é um efeito ideológico remediável pela crítica, mas a própria condição do desejo. O sujeito lacaniano não é "sujeitado" a uma ordem discursiva externa; ele é, ele mesmo, um efeito do significante que o representa para outro significante, sem jamais se reduzir a uma posição social determinada.

Na AD pêcheutiana, o inconsciente comparece como um conceito auxiliar, emprestado da psicanálise para dar conta da opacidade e da divisão do sujeito, mas sempre subordinado à determinação histórica e ideológica (Pêcheux, 1988; Castro, 2008). O inconsciente é, assim, tratado como uma instância que produz falhas e lapsos, mas que não goza de autonomia estrutural. Na psicanálise lacaniana, o inconsciente é o centro da experiência clínica – é ele que surge na associação livre, nos sonhos, nos atos falhos e nos sintomas. Estruturalmente análogo a uma linguagem, o inconsciente não é um depósito de conteúdos reprimidos, mas uma rede significante que determina o sujeito de maneira radical (Lacan, 1979).

O pesquisador em AD ocupa uma exterioridade relativa em relação a seu objeto: ainda que consciente de suas próprias filiações discursivas, ele se coloca em uma posição de saber crítico, descrevendo regularidades e apontando contradições (Orlandi, 2009). O analista, ao contrário, não pode se situar fora do discurso do analisando. Ele está implicado na transferência, sendo o suporte do suposto saber e o endereço das projeções. Sua posição não é de saber, mas de sustentação do desejo do analista – uma função ética que escapa a qualquer protocolo metodológico (Lacan, 1979).

A AD trabalha com corpus textuais delimitados, submetidos a uma análise que identifica regularidades, paráfrases, silêncios e marcas de formação discursiva (Orlandi, 2009). Trata-se de um trabalho sistemático, que pode ser ensinado e replicado. A clínica psicanalítica, por sua vez, opera com a escuta flutuante – uma atenção não dirigida, que

não privilegia a priori nenhum elemento do discurso, mas se deixa surpreender pelos equívocos, pelos lapsos e pelos momentos em que o sentido falha (Lacan, 1979). Não há método no sentido de procedimento padronizado; há uma arte da interpretação que só se sustenta na formação analítica pessoal.

Para a AD, o real é o real histórico – as condições materiais de produção, as relações de classe, os aparelhos ideológicos que delimitam o dizível (Pêcheux, 1988). Trata-se de um real que pode ser conhecido e descrito. Para Lacan, o real é aquilo que resiste à simbolização – o fora-de-sentido, o impossível de ser dito, o que não cessa de não se escrever (Lacan, 1979). Esse real não é acessível por descrição crítica; ele só pode ser abordado de modo lateral, pelos contornos de sua exclusão na cadeia significante.

A AD orienta-se por uma ética do conhecimento e da crítica social: cabe ao analista do discurso desvelar os mecanismos ideológicos que produzem evidências e naturalizações, contribuindo para uma maior lucidez e, potencialmente, para a transformação social (Orlandi, 2009). A clínica psicanalítica, por sua vez, responde a uma ética do bem-dizer – não no sentido de falar corretamente, mas no de permitir que o sujeito, ao dizer o que não sabe que diz, possa refazer sua relação com a verdade que o habita – e à ética da direção do tratamento, que coloca o desejo do analista como condição para que o analisando possa percorrer seu próprio caminho (Lacan, 1979; Guirado, 1995).

Tabela 1 – Comparação entre as duas práticas

Dimensão	**AD em Letras (Instrumental Analítico)**	**Escuta na Prática Clínica Psicanalítica**
Objetivo principal	Descrever processos de produção de sentido e ideologia (Pêcheux, 1988; Orlandi, 2009)	Produzir efeitos subjetivos de verdade via inconsciente (Lacan, 1979)
Concepção de sujeito	Sujeito interpelado pela ideologia e formações discursivas (Pêcheux, 1988)	Sujeito barrado ($), dividido pela linguagem e pela falta (Lacan, 1979)
Estatuto do inconsciente	Conceito auxiliar para explicar opacidade e divisão do sujeito (Pêcheux, 1988)	Centro da experiência; estruturado como linguagem (Lacan, 1979)

Dimensão	AD em Letras (Instrumental Analítico)	Escuta na Prática Clínica Psicanalítica
Posição do analista/pesquisador	Exterioridade relativa; posição de saber crítico (Orlandi, 2009)	Implicação transferencial; sustentação do desejo do analista (Lacan, 1979)
Método/Técnica	Análise de corpus, identificação de regularidades (Orlandi, 2009)	Escuta flutuante, atenção aos equívocos e ao real (Lacan, 1979)
Relação com o real	Real histórico e condições de produção (Pêcheux, 1988)	Real que resiste à simbolização (fora-de-sentido) (Lacan, 1979)
Ética	Ética do conhecimento e da crítica social	Ética do bem-dizer e da direção do tratamento

Fonte: autor.

A "tríplice aliança" proposta por Pêcheux, que pretendia articular, em um mesmo dispositivo teórico, a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise, sempre foi tensa, senão propriamente insolúvel (Castro, 2008; Melo, 2005). O próprio Pêcheux, ao longo de sua obra, reviu posições e admitiu dificuldades. O que está em jogo nessa tensão é o estatuto do sujeito e do inconsciente: enquanto a psicanálise lacaniana parte da primazia do significante e da falta constitutiva, a teoria materialista tende a reduzir essas categorias a efeitos de superestrutura.

Guirado (1995) é particularmente incisiva ao mostrar que a AD, ao tratar o inconsciente como um efeito ideológico, acaba por "socializar" o que, na psicanálise, é essencialmente singular e irredutível ao social. O sujeito da psicanálise não é o sujeito interpelado pela ideologia, pois a ideologia pressupõe um sentido compartilhável e uma posição identificável, exatamente aquilo que a experiência analítica visa suspender. O inconsciente, longe de confirmar as evidências do discurso dominante, opera como aquilo que as subverte a partir do real do gozo.

Castro (2008) aprofunda essa discussão ao examinar a "retificação" da noção de sujeito empreendida por Pêcheux em seus últimos textos. O autor mostra que, embora Pêcheux tenha se aproximado de Lacan para corrigir o racionalismo excessivo de suas primeiras formulações, ele jamais abandonou a premissa de que o sujeito é, antes de tudo, um efeito das formações discursivas. O inconsciente, nessa perspectiva, não passa

de um nome para a opacidade do social. Já Melo (2005) defende que as interlocuções entre os dois campos são possíveis e produtivas, desde que se preserve a heterogeneidade de seus objetos e métodos. Para a autora, o diálogo não deve buscar uma síntese teórica, mas uma polifonia em que cada prática conserva sua ética e seus objetivos.

Entende-se, portanto, que enquanto a AD tende a socializar o inconsciente, transformando-o em efeito ideológico ou em falha estrutural do discurso, a psicanálise lacaniana insiste no que escapa ao social e ao sentido compartilhado, no real do sintoma, na singularidade do gozo, na verdade que não se deixa capturar por nenhuma formação discursiva (Guirado, 1995; Castro, 2008; Melo, 2005). Reconhecer essa diferença não significa interditar o diálogo, mas exige que cada prática assuma suas próprias premissas sem pretender reduzir a outra a um caso particular de si mesma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Análise do Discurso, tal como consolidada nos cursos de Letras, não é uma simples ferramenta técnica entre outras: constitui, antes, um poderoso dispositivo crítico de desnaturalização ideológica. Ao desmontar as evidências discursivas que se impõem como óbvias, ela revela o caráter historicamente construído e politicamente interessado dos sentidos que habitamos. Sua contribuição para as ciências humanas e sociais é inegável, pois oferece um instrumental rigoroso para compreender como a linguagem, longe de ser um veículo neutro, é o próprio campo em que se travam lutas por hegemonia, visibilidade e silenciamento (Orlandi, 2009; Pêcheux, 1988).

Por sua vez, a escuta analítica na clínica psicanalítica de orientação lacaniana opera em uma dimensão radicalmente outra. Não se trata de explicar o sujeito pelo social, nem de reduzir sua fala a um sintoma de formações discursivas. Trata-se, ao contrário, de permitir que o sujeito, em sua própria fala singular e muitas vezes desconcertante, encontre a verdade que o determina para além de tudo o que ele sabe conscientemente, uma verdade que não se confunde com a ideologia, nem se esgota na história (Lacan, 1979). A clínica é, por excelência, uma prática ética e não padronizável: cada análise é um caso particular, e cada interpretação é um ato que compromete o desejo do analista.

Confundir essas duas abordagens, ainda que a tentação seja grande diante de suas origens compartilhadas, produz equívocos graves e, mais do que isso, violências epistêmicas. Reduzir a clínica psicanalítica a uma crítica ideológica é esvaziar a psicanálise de seu núcleo – o real do gozo e a singularidade do sintoma. Transformar a análise textual em uma psicanálise selvagem de documentos é projetar sobre o texto uma pretensa profundidade inconsciente que apenas a transferência e o enquadre analítico podem sustentar. Ambos os desvios, no fim das contas, fazem mal a um e a outro campo.

O diálogo entre a Análise do Discurso e a psicanálise é não apenas possível, mas desejável e enriquecedor, desde que se respeite, com lucidez e rigor, a heterogeneidade irredutível de seus objetos, de seus métodos e de suas éticas (Guirado, 1995). Não se trata de eleger uma abordagem como superior, nem de forçar uma síntese apressada que apague as diferenças. Trata-se, sim, de reconhecer que cada prática responde a perguntas distintas e opera com lógicas próprias, e que a clareza sobre essas fronteiras é a condição para que a interlocução seja fecunda e não colonizadora.

Ao fim, a distinção fundamental pode ser enunciada de maneira simples, porém decisiva: "analisar o discurso" é tomar o discurso como objeto social, com suas regularidades, seus silêncios e suas determinações históricas; "escutar o discurso" é abrir-se à fala do sujeito como via de acesso ao inconsciente, onde o que importa não é o sentido que se estabiliza, mas o real que nele irrompe. Reconhecer e sustentar essa diferença não é um exercício de puro rigor acadêmico, é a condição mesma para preservar a especificidade, a potência e a integridade de cada prática.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Julio Groppa. Psicanálise e análise do discurso. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 123-135, 1995.

BALDINI, Lauro José Siqueira; ZOPPI-FONTANA, Mónica Graciela. A Análise do Discurso no Brasil. **Décalages**, v. 1, n. 4, 2014.

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. Análise de Discurso e Psicanálise: uma relação biunívoca? **Lume UFRGS**, Porto Alegre, 2025.

CASTRO, Frederico Zeymer Feu de. **O sujeito no discurso**: Pêcheux e Lacan. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CORREIA, Karen; FONSECA, Thales. Pêcheux entre o sujeito da interpelação e o do inconsciente ou duas saídas para uma mesma questão. **Analytica**, São João del-Rei, v. 7, n. 13, p. 259-282, jul./dez. 2018.

FERNANDES, Cleudemar Alves; SÁ, Israel de; DORNE, Vinícius Durval. De Michel Pêcheux a outras epistemologias em Análise do Discurso. **Heterotópica**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 1-12, jan./jun. 2019.

GUIRADO, Marlene. **Psicanálise e análise do discurso***:* matrizes institucionais do sujeito psíquico. São Paulo: Summus, 1995.

HENGE, Glaucia da Silva. Inconsciente e ideologia: contribuições da Análise do Discurso e da Psicanálise para a noção de sujeito. **Entretextos**, Londrina, v. 16, n. 2, p. 85-105, jul./dez. 2016.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 11:** os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

MELO, Maria de Fátima Vilar de. Psicanálise e análise de discurso: interlocuções possíveis e necessárias. **Latin-American Journal of Fundamental Psychopathology**, ano V, n. 1, p. 61-71, nov. 2005.

NARZETTI, Carlos. Para uma história epistemológica do conceito de formação discursiva (Pêcheux). **Letrônica**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 1-15, jan./mar. 2018.

OLIVEIRA, Danilo Rodrigues de. A noção de historicidade na Análise de Discurso no Brasil: um olhar sobre Terra à vista. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 55, 2025.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso***:* princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A análise de discurso e seus entre-meios: notas a sua história no Brasil. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 42, p. 9-16, jan./jun. 2002.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso***:* uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

Recebido: abril de 2026
Aceito: agosto de 2026